



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE**

MARCELA FERREIRA ROCHA

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA E OS ADOLESCENTES QUE CUMPREM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NA LIBERDADE ASSISTIDA - LA DO RECANTO DAS EMAS-DF : A VISÃO DAS EDUCADORAS DA LA, SOBRE A POSSÍVEL CONTRIBUIÇÃO DA EJA NA VIDA DESTES ADOLESCENTES.

Brasília 2022



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE**

MARCELA FERREIRA ROCHA

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA E OS ADOLESCENTES QUE CUMPREM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NA LIBERDADE ASSISTIDA - LA DO RECANTO DAS EMAS-DF : A VISÃO DAS EDUCADORAS DA LA, SOBRE A POSSÍVEL CONTRIBUIÇÃO DA EJA NA VIDA DESTES ADOLESCENTES.

Trabalho de conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação como requisito parcial para obtenção do título de Pedagoga na Universidade de Brasília.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Clarisse Vieira

Brasília – 2022

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Fe Ferreira Rocha, Marcela
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA E OS ADOLESCENTES QUE
CUMPREM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NA LIBERDADE ASSISTIDA - LA
DO RECANTO DAS EMAS-DF : A VISÃO DAS EDUCADORAS DA LA,
SOBRE A POSSÍVEL CONTRIBUIÇÃO DA EJA NA VIDA DESTES
ADOLESCENTES. / Marcela Ferreira Rocha; orientador Maria
Clarisse Vieira. -- Brasília, 2022.
58 p.

Monografia (Graduação - Pedagogia) -- Universidade de
Brasília, 2022.

1. Liberdade Assistida; . 2. Educação de Jovens e
Adultos;. 3. Socioeducação.. I. Vieira, Maria Clarisse,
orient. II. Título.

MARCELA FERREIRA ROCHA

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA E OS ADOLESCENTES QUE CUMPREM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NA LIBERDADE ASSISTIDA - LA DO RECANTO DAS EMAS-DF : A VISÃO DAS EDUCADORAS DA LA, SOBRE A POSSÍVEL CONTRIBUIÇÃO DA EJA NA VIDA DESTES ADOLESCENTES.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Maria Clarisse Vieira

Orientadora

Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (FE-UnB)

Prof^a. Dr^a. Viviane de Melo Resende

Membro Interno

Diretora do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM-UnB)

Prof^a. Dr^a. Nirce Barbosa Castro Ferreira

Membro Externo

Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (FE-UnB)

“Sonho que a educação pode contribuir com a constituição desse mundo, sociedade e vida melhores para todos. Sonho de que o melhor começo é o começar”.

Renato Hilário dos Reis (2011, p. 85)

DEDICATÓRIA

Esse trabalho não é apenas meu, é nosso! Portanto, dedico esta conquista primeiramente à minha mãe, Dona Marlene, devido à sua grande força, mulher guerreira que é o pilar mais importante que permite o meu avanço, me dá forças mesmo durante momentos difíceis que passamos. Hoje estou aqui, graças a você, Mãezinha!

Ao meu esposo Hudson: Dedico a você, pelos seus cuidados comigo, por sua lealdade, por sempre estar ao meu lado, mesmo com tantos erros, sempre me apoiando, dando forças; pelo seu ânimo, gargalhadas e cuidados comigo e com a minha mãezinha. Obrigada por me ajudar a chegar até aqui.

Aos meus pais do coração, Viviane e Bruno, e a minha irmã de alma Yara. Agradeço pelo carinho, pela criação e a compreensão da ausência em momentos importantes e, sobretudo, por vocês fazerem a vida valer a pena. Obrigada por sempre estarem nos acompanhando, tanto a mim, como a minha mãe e o Hudson, ao longo de toda a vida, com amor e carinho. Percebi, por meio do exemplo de vocês, que um relacionamento entre filhos e pais vai muito além do sangue que têm em comum. É uma afetividade que cresce progressivamente no coração de cada pessoa. Sinto muita gratidão por vocês terem decidido ser meus pais do coração. O caminho da educação, do amor, e essa construção de família, tive com vocês e com a minha mãezinha.

À minha madrinha, que cuidou de mim quando eu mais precisava da minha mãe, ela que me acolheu e me acolhe até hoje, grande guerreira, mãe madrinha.

Aos meus avôs do coração, Gláucio, Yara e Silva. Não pude conhecer os meus avós de sangue, mas vocês foram fundamentais nesse papel.

Aos meus primos Iury e Alexandre, que está em memória, a minha estrelinha no céu, que hoje não está entre nós, mas está e sempre estará no meu coração. Ao meu amigo Octávio que esteve comigo desde a nossa infância e até hoje, apoiando, me auxiliando com a sua amizade e companheirismo.

As minhas amigas Larissa Freire, Mônica Santos e Aurora Melchíades que estiveram constantes nesses 4 anos de graduação e nos momentos da minha vida. Aprendi muito com vocês e agradeço por sempre me ajudarem, tanto com atividades e com momentos acolhedores, sem vocês muitos trabalhos eu não teria êxito e não estaria aqui desenvolvendo o TCC.

Ao meu pai, sem ele também não estaria aqui, apesar dos pesares, eu te amo paizinho.

À minha psicóloga Denise, pois sem ela a minha cabeça não teria estruturas para estar aqui escrevendo, obrigada por cada consulta e acolhimento.

Sou agradecida eternamente aos meus amigos: Leliane e sua família, por todo apoio.

Ao pai Jhonatan e ao pai Fábio, aos meus guias e irmãos da minha Igreja amada, Tenda Espírita Vovô Pedro de Angola, pelas muitas orações em meu favor.

Aos meus ancestrais, pela história a que dou continuidade e à família Ferreira.

A todos os funcionários e os socioeducandos na Unidade GEAMA do Recanto das Emas, que me acolheram com tanto carinho, pude colher os dados dessa pesquisa.

A todas e todos que conheci pelo caminho, contando suas histórias, e que, de alguma maneira, me estimulam a continuar a caminhada.

AGRADECIMENTOS

Agora é o tempo de agradecer a todas e todos que junto comigo são os construtores deste texto de conclusão de curso e fazem parte do meu processo histórico.

Agradeço a Deus Pai, onde reside todo o amor e em quem deposito toda a minha FÉ.

A minha querida orientadora, Prof^ª. Dr^ª. Maria Clarisse Vieira. Entre todos os seus ensinamentos, ela me fez ter a paixão pela Educação de Jovens e Adultos e me motivou com seu ensino do acolhimento e da amorosidade, e com um coração lindo e cheio de bondade com educandos da educação popular.

A Prof^ª. Dr^ª. Sandra Ferraz que me acolheu com o seu lindo projeto na Socioeducação. Agradeço por me mostrar a alegria de poder educar e ser retribuída com gratidão dos nossos queridos educandos.

Aos meus colegas de caminhada, do Grupo GENPEX.

Aos meus colegas e professores da banca, por aceitarem contribuir na avaliação deste trabalho: Nirce Barbosa de Castro Ferreira e Viviane de Melo Resende. Agradeço pela imensa partilha e cooperação, por corrigir cada erro que me levarão ao êxito. Agradeço imensamente a contribuição de cada uma por me aceitarem.

Aos meus professores e colegas das disciplinas do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação, onde sempre fui bem acolhida.

GRATIDÃO A TODOS!

RESUMO

A Socioeducação em conjunto com a Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem como expressão um conjunto de aspectos e objetivos comuns a serem alcançados, tendo em vista garantir os direitos educativos de jovens em cumprimento de medidas educativas. Neste sentido, esta pesquisa visa apresentar sob a ótica das educadoras que atuam junto aos adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa em uma das unidades de Liberdade Assistida (LA) no DF estar matriculado na Educação de Jovens e Adultos no contexto da pandemia Covid-19. A pesquisa foi realizada na unidade de Gerência em Atendimento em Meio Aberto (GEAMA), localizada no Recanto das Emas. O objetivo deste trabalho consiste em compreender as motivações e significados dos adolescentes em regime semiaberto a partir do olhar do educador que atua com ele, tendo em vista entender como se dão as trajetórias escolares de jovens em conflito com a lei, na condição de Liberdade Assistida, inseridos na EJA, no contexto pandêmico. Para coletar os dados, desenvolveu-se um processo de escuta, e entrevistas semiestruturadas junto a profissionais que atuam de forma educativa junto aos jovens desta unidade. As entrevistas foram realizadas com os educadores dos adolescentes da unidade GEAMA Recanto das Emas.

Palavras-chaves: Liberdade Assistida; Educação de Jovens e Adultos; Socioeducação.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.....	35
---------------	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.....	29
Gráfico 2.....	29
Gráfico 3.....	30

LISTA DE ABREVIATURAS

COVID-19	É a junção de letras que se referem a (co)rona (vi)rus (d)isease, o que na tradução para o português seria "doença do coronavírus". Já o número 19 está ligado a 2019, quando os primeiros casos foram publicamente divulgados.
Disstae	Diretoria de Serviço de Segurança, Transporte e Acompanhamento
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
GEAMA	Gerência de Atendimento em Meio Aberto
GENPEX	Grupo de Ensino-Pesquisa-Extensão em Educação Popular e Estudos Filosóficos e Histórico-Culturais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LA	Liberdade Assistida
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PIA	Instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente
PSC	Prestação de Serviços à Comunidade
SEJUS	A Secretaria da Justiça e Cidadania
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
UnB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

MEMORIAL	15
1. INTRODUÇÃO.....	20
1.1. JUSTIFICATIVA.....	21
1.2. OBJETIVOS.....	22
1.2.1. GERAIS.....	22
1.2.2. ESPECÍFICOS.....	23
1.3. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	23
1.3.1. O PÚBLICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) EM CONJUNTO AO MOMENTO ATUAL VIVENCIADO (PANDEMIA DO COVID-19).....	23
1.3.2. O PÚBLICO DA EJA	26
1.3.3. A LEI Nº 8.069/1990 NO ECA COMO GARANTIA DE DIREITO PARA O SOCIOEDUCANDO EM LIBERDADE ASSISTIDA.....	32
2. A SOCIOEDUCAÇÃO E SUAS MEDIDAS.....	33
2.1 PEDAGOGIA E SOCIOEDUCAÇÃO, FASE PRÉ-ESTÁGIO NO PROJETO 3.2.....	36
2.2. GEAMA - GERÊNCIA DE ATENDIMENTO EM MEIO ABERTO.....	39
3. GEAMA - RECANTO DAS EMAS.....	35
3.1. METODOLOGIA.....	40
3.2. SUJEITOS DE PESQUISA.....	42
4. RESULTADOS.....	43
4.1.O CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO A INGRESSAR NA MODALIDADE DA EJA, NO CONTEXTO DA PANDEMIA COVID-19.....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS.....	49
ANEXOS.....	51
Autorização.....	52
Roteiro de entrevista semi-estruturada.....	53

Atividade Estágio.....54

MEMORIAL

Para falar de como escolhi a pedagogia e a Socioeducação, preciso antes descrever a minha trajetória escolar e de vida. Me chamo Marcela, sou filha da dona Marlene, minha mãe, que sempre me incentivou lutou para que hoje eu realizasse o sonho de estar na Universidade de Brasília, de ter um diploma.

Minha vida escolar começou muito cedo. Sempre estudei em escolas públicas, desde o Jardim de Infância. Desde cedo minha mãe precisou trabalhar para nos sustentar, pois naquela época o meu pai também estava desempregado.

Quando eu tinha 6 meses, meu pai conseguiu um emprego. Para garantir que eu tivesse alguém que me cuidasse, meus pais me colocaram na creche onde comecei a minha vida escolar. Não tenho memórias desse tempo, somente uma foto de recordação , mas sei que era uma creche de freiras, onde fiquei até os meus 4 anos.

Logo em seguida fui para o Jardim de Infância, onde iniciei a minha vida acadêmica, onde comecei a desenhar, e deu-se o início do meu processo de alfabetização. No Ensino Fundamental 1 foi quando realmente aprendi a ler e a escrever. Quando estava nessa escola, na 4° série, meus pais se separaram e meu pai se afastou de nossa família - abandono que perdurou até quase o final da minha caminhada na Universidade. À época, minha ainda despreparada cabecinha entrou em parafuso, o que resultou na minha reprovação. Não obstante, no ano seguinte pude voltar a estudar normalmente e continuar a minha vida estudantil.

No ano em que voltei a estudar, tive dificuldades para aprender algumas matérias. Minha mãe fazia faxinas em troca de aulas de reforço. Nessa época conheci os meus pais do coração, que assumiram a maravilhosa responsabilidade de, junto com a minha mãe, me criarem. Me alfabetizaram e me auxiliaram desde então no meu processo de crescimento, tanto educacional, quanto a minha formação da mulher que me tornei. Nessa escola tive diversos professores que me marcaram até hoje, que me ajudaram bastante a crescer e desenvolver novas habilidades. Com eles guardo memórias incríveis e momentos indelévels. Os levo no coração até hoje: são os exemplos que me levaram a querer cursar pedagogia.

No Ensino Fundamental 2, estudei no Centro de Ensino Fundamental 05 de Brasília, onde comecei a descobrir o mundo e o significado de estudar. Nessa escola, comecei a ter mais claras minhas responsabilidades, pois não tinha somente

um professor para todas as matérias, mas sim um professor para cada componente curricular. No início, tive um pouco de dificuldade para me adaptar, mas consegui aprovação em todos os anos, inclusive sempre recebi certificado de boa aluna. No 9º ano, comecei a sofrer bullying e tentei trocar de escola, mas não consegui, e tive que continuar na mesma escola. Foi difícil, mas permaneci.

Com 16 anos, entrei no Ensino Médio, na escola CEM Setor Leste, uma das melhores escolas públicas da Asa Sul, mas meu processo nesta instituição não foi nada bom para mim. Comecei a fazer o CIL (Centro Interescolar de Línguas), mas não pude permanecer, pois arrumei um estágio no mesmo horário. Tive que deixar o CIL e comecei a estagiar.

No Ensino Médio também sofri bullying. Foi no meu 3º ano, o que tornou meio difícil me concentrar na escola, mais uma vez não desisti, continuei. No Ensino Médio ainda não sabia o que eu queria ser, mas sempre tive uma paixão pela socioeducação. Fiquei em dúvidas entre os cursos de Serviço Social, Pedagogia e Jornalismo, pois sempre gostei de ver e analisar a realidade.

Assim que eu concluí o Ensino Médio, não consegui imediatamente uma aprovação no primeiro semestre na UnB. Persisti e fiz o Enem. Enfim, o tão sonhado resultado: aprovação para o segundo semestre, em Pedagogia, que foi a minha primeira escolha.

Meu principal motivo para escolher Pedagogia foi, sem dúvida, haver nascido em uma família em que poucos se alfabetizaram. Além disso, fui inspirada pelo sonho da minha mãe, que era ser professora de matemática para crianças - sonho que infelizmente não pôde ser concretizado. Minha mãe de coração, Viviane, também me deu esse apoio. Ela dizia: "Você tem o dom para professora, gosta de crianças e tem paciência. Por que não tenta pedagogia?"

Apesar de estar em um curso que é majoritariamente voltado à educação infantil, a minha linha de estudos não é essa - apesar de ter um carinho especial pelos estudos voltados à alfabetização. Atualmente, participo de um projeto lindo, o GENPEX (Grupo de Ensino-Pesquisa-Extensão em Educação Popular e Estudos Filosóficos e Histórico-Culturais) com a professora Maria Clarisse, voltado à Educação de Jovens e Adultos (EJA), e faço parte de um projeto, com a professora Sandra Ferraz, na área da educação com menores infratores. Foi por meio desses

dois projetos que eu me apaixonei por essas áreas, que fazem a junção de temáticas deste Trabalho de Conclusão de Curso¹.

É importante mencionar que em 2008 o Grupo de Ensino, Pesquisa, Extensão iniciou sua ação junto aos adolescentes e jovens da Unidade de Semiliberdade de Taguatinga, mas esse trabalho só foi possível de ser realizado graças às(aos) graduandas(os) do Curso de Pedagogia da Universidade de Brasília, que buscaram, no ano de 2007, o Grupo de Ensino Pesquisa e Extensão em Educação Popular e Estudos Filosóficos e Histórico-Culturais – GENPEX, para atender a sua demanda de atuação no sistema prisional, ampliando o campo de estudos e a formação profissional da UnB, ainda em 2008.

Quando entrei no GENPEX, em 2019, esta frente de atuação não estava mais ativa no projeto. Em conversas com a Professora Dra. Maria Clarisse Vieira, na disciplina de EJA, ela me explicou o desenvolvimento e a análise de estratégias político-pedagógicas que contribuíram para a formação de graduandas(os) no trabalho com adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Foi assim que conheci o Grupo de Ensino, Pesquisa, Extensão em Educação Popular e Estudos Filosóficos e Histórico-Culturais (GENPEX), e, a partir da disciplina de EJA com a Professora Dra. Maria Clarisse, tive oportunidade de conhecer e adentrar o projeto, e com um grande carinho e gratidão, segui desde 2019 até o dia de hoje em atuação no projeto. Foi desse esforço e dedicação que surgiu a oportunidade de estar com ela e de tê-la como orientadora do meu trabalho de conclusão do curso.

O GENPEX é um grupo de pesquisadores(as) da Faculdade de Educação que funciona em parceria com o CEDEP – Centro de Cultura e Desenvolvimento Popular do Paranoá. O Grupo é o desdobramento histórico do Projeto Paranoá de Alfabetização e Formação de Alfabetizadores/as jovens e adultos de camadas populares: uma iniciativa do CEDEP – UnB. O grupo surgiu em cima do

¹ Doutora em Linguística (Linguagem e Sociedade) pela Universidade de Brasília (UnB), Viviane Resende é professora associada do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas (LIP/UnB). É pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL/UnB), orientando na área de Linguagem e Sociedade, especificamente em Análise de Discurso Crítica, e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional (PPGDSCI/UnB). Diretora do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (Ceam). Coordenadora do Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade (NELiS/Ceam/UnB) e do Laboratório de Estudos Críticos do Discurso (LabEC/UnB). Foi professora visitante na Friedrich Schiller Universität (Alemanha), na Universidad Católica de Chile e na Universidad Pompeu Fabra (Espanha). Foi Delegada no Brasil da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso (2017-2019), de que é atualmente a vice-presidenta (2019-2021).

fortalecimento e do trabalho de Alfabetização e Formação de Alfabetizadores de Jovens e Adultos de residentes na Região Administrativa do Paranoá, desde a década de 80.

Em abril do ano 2000, o GENPEX foi oficialmente constituído e registrado no CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Científico. O grupo contou com a colaboração e parceria da Faculdade de Educação (FE) da Universidade de Brasília (UnB) e do CEDEP, desde 1986, e trabalha com a linha de pesquisa com base da educação e formação em processo de educadores(as) de Jovens e Adultos na Rede Pública de Ensino e na Educação Popular.

Neste sentido, este trabalho de conclusão de curso, busca contemplar estes dois campos, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Socioeducação. Como anteriormente debatido, estas áreas enfrentam um conjunto grande de desafios no contexto brasileiro, tendo em vista o objetivo de garantir os direitos educativos de jovens subescolarizados que cumprem medidas socioeducativas.

De acordo com Ferreira,

A EJA é o espaço social escolar onde, os adolescentes e jovens que não passaram pelo processo de escolarização na chamada idade certa são matriculados e desfrutam do direito constitucional de se educarem, quando estão em cumprimento das medidas socioeducativas no Brasil e no Distrito Federal (Ferreira, 2018. P.71)

O sistema socioeducativo pode ser visto como um lócus de segurança que pode garantir que um/a adolescente que cometeu uma infração tenha a potencialidade de desenvolver habilidades úteis à sociedade, com a proposta básica de melhorar a socialização e a reintegração deste/a adolescente ou jovem, que assim tem a chance de reflexão do ato infracional praticado e de transformação ou superação dos motivos que os levaram a cometê-lo.

Neste esforço de pesquisa nos interessa conhecer um pouco mais da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e os significados, para o/a adolescente, do cumprimento da medida socioeducativa em uma das unidades de Liberdade Assistida (LA) no DF e da matrícula na Educação de Jovens e Adultos no contexto da pandemia e, buscando compreender se este acesso agrega novas dimensões à sua cidadania e sua vida. A pesquisa foi realizada em uma das unidades de

Gerência em Atendimento em Meio Aberto (GEAMA), localizada no Recanto das Emas, espaço onde estive na condição de estagiária do projeto 3, uma das disciplinas que integram o currículo de Pedagogia.

Convido você leitor, a seguir comigo, neste percurso, onde buscarei conjugar os campos da Socioeducação e da EJA, e compreender o olhar do educador que atua com estes jovens. Com isso, objetivo olhar para a educação escolar desses jovens, trazendo luz à tarefa de “pensar, idealizar e arquitetar a construção da especificidade da EJA no conjunto das políticas públicas e na peculiaridade das políticas educativas” (Arroyo, 2005, p.22) e compartilhar esta experiência de pesquisa, refazendo o olhar na compreensão dos direitos educativos, por meio das relações entre estes dois campos.

1. INTRODUÇÃO

Este esforço de pesquisa, consiste em um Trabalho de Conclusão de Curso – TCC do curso de Pedagogia na Faculdade de Educação- FE da Universidade de Brasília- UnB e se propõe a analisar , sob a ótica das educadoras que atuam na Liberdade Assistida (LA) na unidade do Recanto da Ema no DF, qual é a contribuição da educação de adultos- EJA para os adolescentes e jovens que cumprem medidas socioeducativas naquela LA, no contexto de pandemia COVID-19. Pretende-se analisar a Educação de Jovens e Adultos voltada aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas na liberdade assistida na unidade da Gerência de Atendimento em Meio Aberto (GEAMA), da Secretaria de Justiça (SEJUS), no Recanto das Emas, em Brasília, no contexto da pandemia Covid-19.

Nesse sentido, busco analisar, a partir do olhar de educadoras que atuam no contexto específico em questão, os motivos e condições em que estão inseridas as escolhas educativas dos adolescentes. A principal indagação proposta neste esforço analítico concerne à opção positiva ou negativa dos jovens pela inserção na Educação de Jovens Adultos (determinada pela legislação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA) ou outra modalidade. Para tal, foi realizado um processo de escuta de educadoras que atuam na Unidade de Liberdade Assistida GEAMA, do Recanto das Emas-DF, por meio de uma entrevista estruturada, com objetivo de compreender as trajetórias escolares de jovens em conflito com a Lei e na condição de Liberdade Assistida (LA), inseridos na modalidade da EJA por decisão judicial, como medida socioeducativa.

Em síntese, este trabalho se propõe a analisar como o profissional da educação que atua na socioeducação compreende os sentidos e a efetividade do educação para menores em cumprimento de medida socioeducativa em uma das unidades de liberdade assistida no DF por meio da matrícula na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no contexto da pandemia.

O direito à educação está em conformidade com a Lei nº 8.069/1990, inscrita no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que garante o direito constitucional à educação também de socioeducandos entre os 12 e 18 anos de idade. Uma das ofertas possíveis é por meio do ingresso de adolescentes em cumprimento de

medidas socioeducativas em meio aberto (Liberdade Assistida e prestação de serviço à comunidade) na modalidade de ensino da educação de jovens e adultos (EJA).

A escola e as práticas educacionais se encaixam no SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo), enquanto um ato de política pública. O SINASE é um sistema de orientação articulado com órgãos de diferentes áreas políticas sociais, que promove a integração do sistema de ensino, do sistema judiciário, do sistema de segurança pública e do Sistema Único de Saúde (SUS).

Destaco que este trabalho analítico parte do pressuposto de reconhecimento dos desafios impostos pelas desigualdades interseccionais que permeiam a sociedade brasileira, considerando os contextos sociopolíticos, geográficos e familiares e, além das individualidades que conformam as histórias e desafios enfrentados por cada adolescente, não cabendo aqui o julgamento do que cada um passou, e sim a tentativa de compreensão de suas trajetórias, seus sentidos e significados diante do universo experienciado. Diante do exposto, este trabalho pretende responder a seguinte pergunta: quais as percepções dos educadores acerca das motivações que os adolescentes em liberdade assistida apresentam ao ingressarem na EJA em contexto de pandemia?

1.1. JUSTIFICATIVA

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil é marcada pela diversidade de sujeitos inscritos. Ela contempla um grupo vasto de pessoas que, por motivos diversos, tiveram suas trajetórias escolares interrompidas, seja por reprovação, abandono, evasão, entre outros.

A legislação vigente prevê que é possível frequentar a EJA a partir dos 15 anos de idade, no Ensino Fundamental, e 18 anos, no Ensino Médio. Isso faz com que os e as estudantes que frequentam esta modalidade educativa sejam marcados pela diversidade e pela busca de distintos objetivos para retomarem seus estudos.

Diante da grande diversidade geracional, é pungente a possibilidade de alunos com idades diferentes compartilharem vivências e aprendizagens para além do ensino institucional; há também uma grande variedade de objetivos que levam à matrícula na EJA, muitas das vezes não compartilhados pelas alunas e alunos, tendo em vista que muitos buscam na EJA uma possibilidade de recuperar aquilo

que não foi possível aprender durante a infância ou adolescência. Há também aqueles que buscam concluir os estudos para aumentar as chances de encontrar um trabalho digno e melhor remunerado em posse do diploma. Por fim, aqueles que estão em liberdade assistida, são menores e, por lei, obrigados a estudar.

Nesse sentido, a EJA possui função de reparação para estudantes que não puderam frequentar as aulas na idade apropriada, conforme as diretrizes curriculares nacionais apontam, consistindo portanto no cumprimento de uma dívida social do Estado e do exercício da cidadania.

Neste universo, muitos dos sujeitos em questão tiveram que deixar o ensino regular para fazer a EJA, pois em certo momento de suas trajetórias de vida experienciaram dificuldades e fatores que impossibilitaram a alfabetização no período da infância. No entanto, no decorrer dos anos, estes mesmo sujeitos sentem a necessidade de se inserir nesse processo e procurar a EJA. Entre os sujeitos em questão estão os menores em cumprimento de medida socioeducativa, uma vez que a EJA abarca também jovens a partir de 15 anos de idade.

O objetivo dessa pesquisa é compreender a partir do olhar de educadoras da unidade analisada, as motivações de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto para ingressar na modalidade da EJA, no contexto da pandemia Covid-19.

1.2. OBJETIVOS

1.2.1. GERAL

O objetivo geral deste trabalho de pesquisa é compreender a partir do olhar do das educadoras que atuam na Liberdade Assistida do Recanto da Ema. Qual a contribuição da EJA para os adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas em meio aberto na mesma LA no contexto da pandemia Covid-19.

1.2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Dos objetivos específicos, é possível afirmar que, os mesmos norteiam o caminho desta pesquisa, levando a pesquisadora a síntese do seu objetivo geral,

aqui proposto. Neste trabalho, os objetivos específicos estão estabelecidos da seguinte forma:

1 - Conhecer os desafios enfrentados por adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas em meio aberto, na LA do Recanto da EMA matriculados na EJA, no contexto da Pandemia Covid-19;

2 - Apresentar as percepções que as educadoras possuem acerca dos motivos que levam estes adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas a buscar a Educação de Jovens e Adultos;

3- Analisar a compreensão das profissionais da educação que atuam com adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas sobre os percalços escolares enfrentados por estes socioeducandos.

1.3. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

1.3.1. O PÚBLICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) E A CONJUNTURA DO MOMENTO ATUAL. (2022) QUAL SEJA, A PANDEMIA DA COVID-19.

Este tópico do texto irá se debruçar em apresentar o público da EJA e a sua diversidade, com o objetivo de compreender como esse público tão vasto com suas dificuldades próprias têm vivenciado a pandemia da Covid-19 e o aumento das desigualdades.

Durante a pandemia, o mundo passou e passa por grandes mudanças e desafios. A pandemia teve efeitos em vários âmbitos: econômicos, sociais e políticos. Na educação não foi diferente, por isso a importância de refletir sobre a modalidade EJA, que sofreu com as consequências da pandemia, mas também por problemas anteriores a ela.

A Educação de Jovens e Adultos, como dito, antes da pandemia já não era bem assistida. Em se tratando da especificidade do Brasil, no cotidiano escolar, muitos já eram os desafios enfrentados pelos alunos na busca por um ensino com qualidade. Como exemplo, a formação para os professores e auxílio com materiais; diversidade cultural; diferença de idades; estabelecimento de boas relações; a superação do analfabetismo digital; rotina densa de trabalho e estudos além da dificuldade em encontrar motivação e foco.

“O processo didático é complexo e sedimentado, as práticas docentes e as tradições curriculares, assim como a experiência e os saberes de referência, são parte de um processo cotidiano dos educadores, estruturado por profissionais formados para educar em espaço presencial e regras específicas da cultura escolar” (NICODEMOS E SERRA, 2020, p.882).

Ao passo que, no contexto da pandemia, observou-se, devido ao isolamento, que mediante as aulas remotas e a falta de acesso à internet de qualidade ou até mesmo saber manusear os aparelhos eletrônicos para as aulas, muitas pessoas têm desistido dos estudos. São diversos os fatores para tal, mas pontua-se a

necessidade de acesso à internet e o fato dos estudantes não conseguirem conciliar seus estudos com o trabalho, como fatores fundantes.

Nicodemos e Serra (2020) afirmam que,

Para aqueles educandos que conseguem superar as impossibilidades financeiras e técnicas, a falta de interação presencial com educadores e colegas pode desestimular a realização das tarefas remotas e a continuidade dos estudos. Na EJA, o contato, o acolhimento e o apoio mútuo são essenciais para o prosseguimento e a conclusão dos níveis de ensino. Em função das muitas dificuldades enfrentadas quando se decide voltar a estudar, o envolvimento afetivo é fundamental para a permanência dos educandos na escola (NICODEMOS E SERRA, 2020, p.882).

Para que eu possa iniciar essa discussão, é necessário pontuar sobre o contexto histórico atual onde vivenciamos uma pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2, conhecido como Covid-19, que além da quantidade de vidas perdidas em sua decorrência, também tirou debaixo do tapete muitas desigualdades sociais, econômicas e educacionais, não se podendo esquecer das diversas formas de negligências do Estado Brasileiro e que, neste contexto foram salientadas e não podem mais ser ignoradas.

A Constituição Federal de 1988, é bem clara sobre o compromisso do estado brasileiro em relação a saúde da população , a carta magna que rege a sociedade brasileira afirma o seguinte artigo 196:

“A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.” (CF, 1988, .)

O Estado tem como responsabilidade a implementação de políticas públicas que alcancem as pessoas e as auxiliem na superação destas desigualdades, rumo a condições básicas e de qualidade para a vida. Para melhor compreensão das discussões a seguir, Estado aqui é entendido como: governo e políticas públicas a partir das concepções de Hofling (2001),

“ [...] o Estado como o conjunto de instituições permanentes que possibilitam a ação do governo, instituições como tribunais e exércitos; Governo como proposições de um conjunto de projetos e programas que são demandas da sociedade como um todo, que se configuram

como “ orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período”

(HOFLING, 2001,p.31).

E ainda sob esta perspectiva, *políticas públicas* como “Estado em ação” (Gobert, Muller, 1987); é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade” (HOFLING, 2001, p.31). Assim, as políticas públicas são de interesse de um todo, ao se problematizar questões que afetam o cotidiano de uma sociedade demandando do Estado ações efetivas para mudança da realidade social.

Sendo assim, o Estado “não pode ser reduzido à burocracia pública” (HOFLING, 2001, p.31) mas deve assumir responsabilidade quanto à implementação e manutenção dos processos de tomada de decisões que envolvem órgãos públicos e outros agentes da sociedade. Acrescento ainda, a perspectiva sobre políticas sociais, que serão importantes para a discussão sobre a educação, que

“[...] se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. [...] Nestes termos, entendo educação como uma política pública social, uma política pública de corte social, de responsabilidade do Estado – mas não pensada somente por seus organismos” (HOFLING, 2001, p.31).

Para além da Covid-19, vivenciamos um governo que sabota os avanços de seu povo e por conta disso vivemos atualmente no Brasil uma luta não só pela vida, mas também novamente pela garantia dos direitos sejam eles à saúde, educação, moradia, lazer e outros. Segundo os autores, Marx e Engels ao dar início a obra O Manifesto do Partido Comunista de 1848 afirmam, o que permanece até os dias atuais:

"A história de toda a sociedade é a história de lutas de classes. Segundo os autores, opressores e oprimidos sempre estiveram em constante oposição uns aos outros, numa luta ininterrupta, ora oculta, ora aberta, que sempre terminou ou com uma transformação revolucionária de toda a sociedade ou pelo declínio comum das classes em luta” (NOGUEIRA; MOREIRA; SANTOS; LAZZI, 2020, p. 2, grifo nosso).

Sendo assim, com a eleição do atual Presidente Jair Messias Bolsonaro, tivemos a retomada de ideários que vão contra os avanços dos Movimentos Sociais, sendo as bases deste governo de orientação ultraliberal e

ultraconservadora, que vem de encontro acirrando ainda mais a luta de classes. O campo econômico é destaque em suas falas e políticas, onde propõe ajustes estruturais para solucionar a crise econômica do capital, no plano social, não visa a classe trabalhadora, mas extingue direitos sociais que foram conquistados historicamente com a flexibilização dos direitos trabalhistas, reforma da previdência e a desobrigação constitucional da oferta de recursos para a educação e saúde (NOGUEIRA; MOREIRA; SANTOS; LAZZI, 2020).

Nesta perspectiva, para que o Estado se desenvolva, é necessário impor uma política de austeridade, já que as políticas sociais inviabilizam o Estado, assim com os cortes as políticas sociais de caráter compensatórias e outras, será possível garantir o crescimento econômico. Porém, estas políticas de austeridade salientam ainda mais os problemas sociais e econômicos do país, restabelecendo a competitividade ao invés da equidade de oportunidades.

Desse modo, ao se vislumbrar todas as etapas de ensino neste contexto histórico, percebe-se que a ideologia deste governo apresentados aqui ameaçam a garantia do direito à educação com equidade e qualidade social, para buscar compreender como tem afetado a EJA, e o que tem sido realizado para auxiliar estes grupo de alunos é necessário conhecer seu público. O próximo capítulo se debruça em apresentar o público da EJA e em pontuar as desigualdades sociais vivenciadas por eles, além de trazer o que tem sido feito sendo que logo após trazer as considerações acerca do que foi discutido ao longo deste trabalho.

1.3.2. O PÚBLICO DA EJA

A EJA é uma modalidade de ensino destinada a jovens, adultos e idosos. Essa modalidade tem como função, dar continuidade aos estudos desse grupo que não pode concluir o ensino regular, ou seja, não tiveram condições favoráveis, sejam elas sociais, econômicas ou educacionais, de acesso e permanência à educação na idade chama de apropriada, em conjunto com a inserção de jovens e adolescentes em conflito com a lei na EJA como prática no cumprimento da medida socioeducativa. Sendo assim, este grupo possui um ritmo de aprendizado e estruturas para a educação diferente dos alunos que estudam na modalidade regular sequencial.

O perfil dos alunos da EJA é geralmente de trabalhadores, empregados e desempregados que não tiveram acesso à educação ou jovens e adolescentes que estão retomando os estudos por estarem em conflito com a lei.

Os estudantes da EJA são pessoas com trajetórias árduas de vida, pois muitos trabalham e estudam, possuem famílias para sustentar, dependem do trabalho para ter uma renda salarial no final do mês. Alguns até mesmo estão em cumprimento de medidas socioeducativas, com isso, as dificuldades aumentam, sendo a EJA uma forma de auxílio nessa trajetória, a garantia de acesso às tecnologias, o que neste contexto pandêmico se tornou uma demanda universal que ainda não foi ofertada.

Nicodemos e Serra (2020) trazem um direito básico que quando afirmam que:

“A luta pela garantia de direitos sociais e humanos em uma sociedade historicamente marcada por desigualdades e pelo não reconhecimento das diferenças não é novidade no Brasil. [...] A invisibilidade de muitos desses sujeitos nas políticas implementadas para o combate à disseminação da Covid-19, somou-se à invisibilidade da EJA nas políticas educacionais durante o período de distanciamento social” (NICODEMOS E SERRA, 2020, p.872).

A EJA é uma modalidade que sempre enfrentou dificuldades, o cenário da pandemia da Covid-19 somente acentuou essas dificuldades. Em uma nova realidade, em que as pessoas precisam se isolar.

Assim, para visualizar algumas das discussões sobre a educação nesta etapa de ensino até aqui, este trabalho traz alguns dados retirados do Censo Escolar de

2020, disponibilizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), tendo como contraponto a legislação vigente:

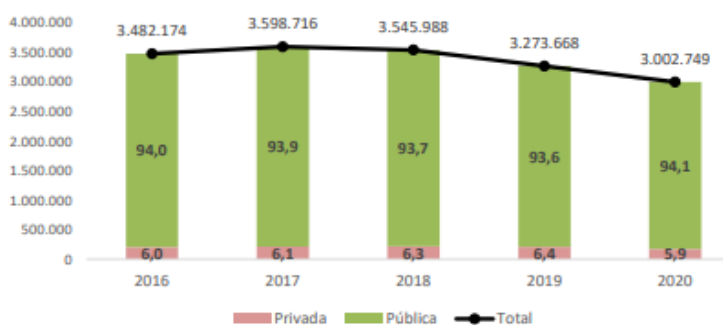
A LDB prevê, no seu art. 37 que a “educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida”, reforçando, então, importância de um currículo que faça com que esses estudantes progridem em todos os campos da sua formação e que esses conhecimentos sejam levados por toda a vida.

Art. 37. § 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. § 2º O poder público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si (BRASIL, 1996)

Apesar de proclamada em lei, o direito à educação não é estendido a todos. Conforme os dados do IBGE presentes na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD, 2019), a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade foi estimada em 6,6% (11 milhões de analfabetos), sendo a região nordeste com maior taxa de analfabetismo (13,9%), seguida pela região norte com 7,6%, a região centro-oeste com 4,9% e região sul e sudeste com 3,3%. A taxa de analfabetismo para os homens de 15 anos ou mais de idade foi 6,9% e para as mulheres, 6,3%. Para as pessoas pretas ou pardas (8,9%), a taxa de analfabetismo foi superior ao dobro da observada entre as pessoas brancas (3,6%).

Apesar disso, no ano de 2019, segundo dados do Ministério da Educação (MEC), houve o menor investimento na EJA em décadas, em torno de R\$16,6 milhões, 22% do previsto, considerando que o previsto para a modalidade EJA era de R \$74 milhões. No ano de 2020 houve o fechamento das escolas em decorrência da pandemia do COVID-19. Neste sentido, os gráficos a seguir mostram o agravamento das desigualdades.

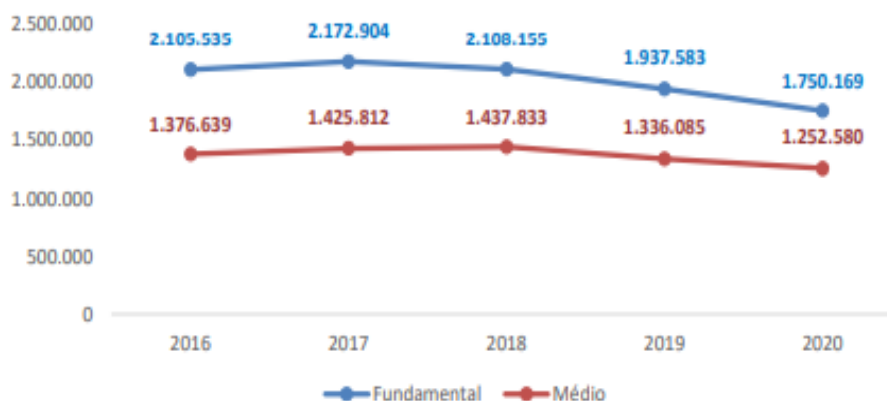
Gráfico 1: Evolução da matrícula na Educação de Jovens e Adultos (EJA) - Brasil 2016-2020



Fonte: Inep/Censo Escolar 2020

Quanto às matrículas, houve uma queda de 0,5%, de 2019 para 2020, nas instituições públicas e privadas, sendo que, de acordo com o gráfico, esta queda vem ocorrendo de forma gradual ao longo dos anos.

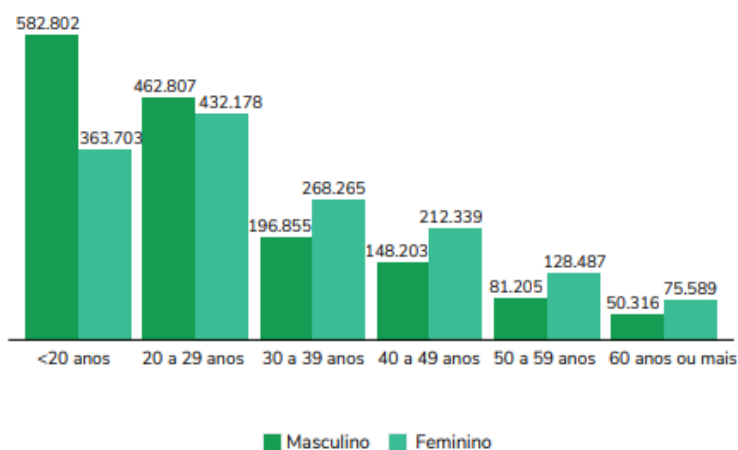
Gráfico 2: Evolução da matrícula na Educação de Jovens e Adultos (EJA) por etapa de ensino no Brasil 2016-2020



Fonte: Inep/Censo Escolar 2020

No que diz respeito à evolução por etapas de ensino no Brasil, temos o Ensino Fundamental com maioria de matrículas na EJA, em relação ao Ensino Médio, demonstrando uma maior procura pelo Ensino Fundamental, ao mesmo tempo que percebe-se uma queda de 187.414 matrículas no Ensino Fundamental, e no Ensino Médio, de 83.505 matrículas, de 2019 para 2020.

Gráfico 3: Números de matrículas na Educação de Jovens e Adultos, segundo a faixa etária e o sexo - Brasil - 2020



Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Quanto à distribuição dos alunos na EJA por idade e sexo, em sua maioria, são alunos abaixo dos 30 anos, representando 61,3% das matrículas. Os alunos do sexo masculino representam 56,8%, a maioria, sendo que as alunas do sexo feminino representam maioria quanto às matrículas acima de 30 anos (59,0%).

Os dados mostram a diversidade quanto à faixa etária dos alunos, demonstrando também que a maioria busca retomar os estudos e se encontra na idade onde as responsabilidades quanto à necessidade de trabalho para alunos de baixa renda se acentuam. A EJA, assim, necessita de um suporte e de uma formação adequada aos professores desta modalidade para que estejam hábeis a lidar com as diversidades presentes em sala de aula.

Isto posto, citamos aqui Paulo Freire, o principal autor brasileiro precursor da EJA, que não poderia ser deixado de lado. Ele demonstrou ser possível alfabetizar e auxiliar os alunos da EJA com dedicação, motivação e estratégias fundamentadas.

Na década de 1960, Freire desenvolveu um método para alfabetizar 380 cortadores de cana, em apenas 40 horas. Naquele tempo, não muito diferente do que hoje em dia, o número de analfabetos era enorme, mas Freire era preocupado em alfabetizar esses adultos que não tiveram oportunidades no passado. A educação freiriana busca vencer primeiro o analfabetismo político para conjuntamente proporcionar a leitura de seu mundo, partindo da sua experiência, cultura e história, para que, assim, estes alunos possam se perceber e se encontrar, pois como Freire (1987, p. 31) defende:

“Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. Luta que, pela finalidade que lhe derem os oprimidos, será um ato de amor, com o qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores, até mesmo quando esta se revista da falsa generosidade referida” (FREIRE, 1987, p.31).

Desta forma, Freire retirou a cartilha e começou a trabalhar com o método silábico, primeiro buscava a palavra e seu significado, e segundo o significado social do tema para compreender o significado real da palavra.

Paulo Freire tem uma frase muito conhecida: "o mundo não é, ele está sendo". Essa frase traz uma grande ideia de mudança, de transformação, onde os professores da EJA, como Paulo Freire, buscam conhecer o contexto social dos

seus alunos e trazer uma forma para lhes proporcionar um ensino com qualidade que garanta seus direitos, lhes proporcionando o caminho para a realização de seus sonhos, ter um diploma em mãos e o mais importante, o conhecimento. Então nesse momento, tem-se que pensar como Freire: não desistir, mas esperar.

Para além da luta que os docentes devem realizar, há também a busca pela garantia e efetivação de políticas públicas, programas desenvolvidos para essa modalidade, trazendo o foco para enfrentar o ensino remoto e a vida dura que esses alunos vivem.

1.3.3 A LEI Nº 8.069/1990 NO ECA COMO GARANTIA DE DIREITO PARA O SOCIOEDUCANDO EM LIBERDADE ASSISTIDA

Este tópico do texto irá se debruçar na apresentação da Lei nº 8.069/1990, que regulamenta o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, como garantia de direito para o socioeducando em cumprimento de medidas socioeducativas por estar em conflito com a lei em Liberdade Assistida.

Sabe-se que a Lei de nº 8.069/1990 tem o objetivo de garantir os direitos da Constituição Federal de 1988. Com isso, o Estatuto da Criança e do Adolescente, é uma forma de proteção e garantia de direitos voltados para a criança e o jovem que é estabelecido como “prioridade absoluta” pela Constituição Federal, conforme Art. 227:

“Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (REDAÇÃO DADA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 65, DE 2010).

Por meio dessa lei, se dá a tentativa de assegurar o direito à educação para todos, conforme a Constituição Federal vigente. O Estatuto da Criança e do Adolescente tem a função de estabelecer os direitos e os deveres da criança e do adolescente, e também de organizar a identificação do jovem em conflito com a lei, conforme a Lei nº 8.069/1990. Neste sentido, o ECA estabelece que adolescente não é privado de liberdade ao praticar algum ato infracional. Neste caso, adolescentes e jovens em conflito com a lei cumpre as Medidas Socioeducativas que lhe garantem condições de segurança.

O ECA estabelece como configuração do ato infracional, bem como os direitos das crianças e adolescentes, as seguintes conceituações:

“Art. 103. Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal.

Art. 106. Nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.” (ECA, 1990)

Com isso, conclui-se que o ECA tem a função de legislar sobre a criança e o adolescente até 18 anos incompletos, em conjunto com a Constituição Federal de 1988 e a LDB/96, que constituem como direito de todos o acesso à educação para o pleno exercício de sua cidadania.

Diante a isso, o jovem naLA, matriculado na EJA, é inserido no processo de ensino, mas como uma das medidas socioeducativas a serem cumpridas e como uma forma de continuidade a sua educação escolar.

2. A SOCIOEDUCAÇÃO E SUAS MEDIDAS

Ao decorrer do trabalho venho trazendo informações sobre a EJA, mas o foco deste trabalho é a Socioeducação em seu diálogo com a EJA, considerando que nesta são aplicadas medidas ao adolescente entre 12 a 18 incompletos sobre razão de atos infracionais cometidos, mas crianças com idade inferior a 12 anos, também cometem atos infracionais, mas não há medidas socioeducativas aplicáveis, conforme a lei do ECA Artigo 262 da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990.

"Art. 262. Para crianças autoras de infrações penais o atendimento começa com a apreensão pela polícia, que a conduz ao Conselho Tutelar ou a autoridade judicial, que fará juízo de valor sobre o ato praticado e aplicará uma das medidas protetivas do Art.101. Por mais hediondo que seja o ato infracional praticado pela criança, ela não poderá ser conduzida à delegacia de polícia ou delegado do menor. Importante ressaltar que a autoridade policial não tem competência para investigar e apurar as provas do ato infracional praticado pela criança" (ECA, 1990)

Com isso, ressalto que não há aplicação das Medidas Socioeducativas para adolescentes com idade inferior a 12 anos incompletos, nestes casos se aplicam às medidas que são destinadas e são de responsabilidade do Juiz (a), julgador , mas não tendo lei aplicável de acordo com o ECA. Diante a isso, as leis que se apresentam no ECA, se aplicam para adolescentes de 12 anos completos até 18 anos incompletos.

De acordo com Maira Americano (2021) as Medidas Socioeducativas são medidas que possuem a finalidade de ressocializar e reeducar os jovens que cometeram um ato infracional com o objetivo de ingressar na maioria penal com o necessário senso de responsabilidade.

A Socioeducação busca superar estereótipos criados pela sociedade, trazendo políticas públicas desenvolvidas para articular entre práticas educativas e acolhimento para esses adolescentes. Posso afirmar esse ponto de acordo com a visão de Valente (2002), em que as Medidas Socioeducativas possuem " caráter educativo e ressocializador para o menor, e caráter protético para a sociedade", (p.18). Com isso, afirmo que a Socioeducação é um meio de ressocialização onde enxerga-se o jovem não pela infração cometida, seja qual for, mas por ele ser quem ele é, e o que ocasionou ele estar naquele lugar.

A Socioeducação além de ter o entendimento judicial, ela se completa com ações pedagógicas que trazem outros meios de reconhecimento para esse indivíduo, ela traz oportunidades e ressignificações com construções de um novo projeto de vida. As unidades de cumprimento de medidas socioeducativas são locais de trabalho multidisciplinares, onde trabalham as leis um grupo de, profissionais especializados como psicólogos, pedagogos, Assistentes Sociais,, familiares, juízes, ou seja, um conjunto de pessoas, que juntos tentam reconstruir e reconsiderar aquelas ações cometidas por aquele jovem, em novas transformações e reconhecimentos para mudanças de vidas.

As políticas das medidas socioeducativas estão em constante ligação a um ato punitivo e não educacional, com isso, pesquisando, percebe-se que talvez esse seja o principal desafio a ser trabalhado com esses adolescentes.

Já em relação aos atos infracionais aplicados para esses adolescentes, de acordo com o Art 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente, é aplicável às medidas socioeducativas de acordo com o ECA:

"Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:
I - advertência;
II - obrigação de reparar o dano;
III - prestação de serviços à comunidade;
IV- liberdade assistida;
V - inserção em regime de semiliberdade;
VI- internação em estabelecimento educacional;
VII- qualquer uma das previstas no art.101, I a VI" (ECA, 1990).

Com isso, posso afirmar que a aplicação da Medida Socioeducativa de acordo com o ECA, tem como objetivo impedir a reincidência entre os menores infratores. Para Bisinoto e Moreira(2016) "a socioeducação é um conjunto de medidas socioeducativas implantadas para a intervenção com adolescentes que atuam em infrações, pensando que o cárcere é um meio de resolução para punir esse adolescentes", ou seja, é como se esses adolescentes, sendo privados da liberdade por um tempo, irão sair de lá com possibilidades de mudarem de vida, mas enquanto a isso, a população esquece outras questões que desrespeitam as desigualdades econômicas, sociais, culturais, como se dependessem somente desses adolescentes.

Dentre essas medidas aplicáveis, são divididos em subgrupos de acordo com o ECA e SARAIVA (2003, p.62), em cima do Art.112, de medidas privativas de liberdade:

"Art.112

a) o Sistema Primário, que dá conta das Políticas Públicas de Atendimento a crianças e adolescentes (especialmente os arts. 4º e 85/87);

b) o Sistema Secundário que trata das Medidas de Proteção dirigidas a crianças e adolescentes em situação de risco pessoal ou social, não autores de atos infracionais, de natureza preventiva, ou seja, crianças e adolescentes enquanto vítimas, enquanto violados em seus direitos fundamentais (especialmente os arts. 98 e 101);

c) o Sistema Terciário, que trata das medidas socioeducativas, aplicáveis a adolescentes em conflito com a Lei, autores de atos infracionais, ou seja, quando passam à condição de vitimizadores (especialmente os arts. 103 e 112)" (ECA, 1990).

Com isso, trouxe um breve quadro explicativo (quadro 1):

ADVERTÊNCIA
<p>Art. 115 do ECA: advertência verbal feita ao adolescente infrator, alertando a si e a seus responsáveis legais a respeito dos riscos envolvidos na prática do ato infracional, o qual é redigido um termo e assinado pelo adolescente na presença do responsável legal. Esta medida é aplicada a infrações de menor importância, como: pequenos furtos, confusão, ameaça. Para a aplicação dessa medida é necessário existir prova da materialidade do fato, e indícios suficientes de autoria, tal medida tem como objetivo o esclarecimento ao adolescente que a conduta por ele realizada foi inconveniente ou inadequada.</p>
REPARO DE DANOS
<p>Art. 116 do ECA: aplica-se a danos patrimoniais causados pelo adolescente infrator, podendo a autoridade fixar, se for o caso, que o adolescente ressarcir a coisa ou compense o prejuízo da vítima. Esta medida é aplicada para: danos ao patrimônio público, pichação, agressão leve dentre outras. O legislador tem como parâmetro o ressarcimento do dano causado pelo adolescente infrator para com a vítima ou patrimônio, desta forma a medida é individualizada, não podendo ser transferida para outra pessoa, devendo este ressarcir com a devolução da coisa, ou a substituição da coisa por dinheiro na quantia do bem, desta forma o infrator é responsabilizado pelo prejuízo, e este mesmo se compromete a pagar, salvo se menor de 16 anos, pois neste caso a responsabilidade fica a cargo dos pais ou responsável.</p>
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE
<p>Art 117 do ECA: diz que a prestação de serviços gratuitos é de interesse geral a comunidade, não devendo o tempo de serviço ultrapassar 6 meses. Os serviços poderão ser realizados em entidades assistenciais, hospitais e escolas ou outros estabelecimentos do mesmo gênero, e, também em programas comunitários ou governamentais, conveniados com a Vara da Infância e Juventude. No parágrafo único, o Estatuto determina que as tarefas deverão ter conformidade com as habilidades do adolescente, não podendo ultrapassar oito horas semanais, nem prejudicar a frequência escolar ou jornada normal de trabalho, caso este trabalhe.</p>

LIBERDADE ASSISTIDA
<p>Art 118 do ECA: a liberdade assistida será adotada sempre que se configurar a medida mais adequada para a finalidade de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente. Essa medida consiste, na presença periódica dos responsáveis legais e do adolescente infrator a postos de atendimento para informar ao entrevistador suas ocupações diárias, como forma de controle e acompanhamento da rotina do jovem.</p> <p>(essa medida adotada foi a medida utilizada para coleta de dados desse referente trabalho)</p>
SEMILIBERDADE
<p>Art 120 do ECA: a aplicação da semiliberdade normalmente está associada aos repetidos atos infracionais anteriormente aplicados às medidas de liberdade assistida, reparação de danos ou prestação de serviços à comunidade. Caso o adolescente seja réu primário ou que não tenha relação direta com o ato cometido, o Promotor de Justiça poderá decretar a semiliberdade para acompanhá-lo e oferecer oportunidades para a reabilitação, em casos mais graves como homicídio doloso, latrocínio, roubo ou porte de arma.</p>
INTERNAÇÃO
<p>Art 121 do ECA: a medida de internação é aplicada quando o ato infracional for grave, como homicídio, latrocínio, tráfico de drogas, tráfico internacional, estupro. É decretada quando o adolescente já passou pela medida de semiliberdade ou não a cumpriu e/ou reincidiu ao ato repetidas vezes. A internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, conhecidas como unidades de internação, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, localidade, compleição física e gravidade da infração.</p>

Com isso, essas medidas são aplicáveis a adolescentes que praticam algum ato infracional. O perfil desses adolescentes é composto por homens, na maior parte dos casos, mas também composto por mulheres. São adolescentes que vêm de regiões periféricas, pessoas em sua maioria negras, meninos e meninas que muitas vezes romperam o vínculo com escolas, e até mesmo com familiares, adolescentes que muitas vezes não têm oportunidade de vínculos empregatícios.

2.1. PEDAGOGIA E SOCIOEDUCAÇÃO, FASE PRÉ-ESTÁGIO NO PROJETO 3.2

Em 2021, no período de 23 a 26 de novembro, durante a realização da disciplina Projeto 3.2, destinada ao curso de Pedagogia, da Universidade de Brasília (UnB), foi sugerida a participação das e dos alunos no “III Simpósio Nacional em Socioeducação: responsabilização e emancipação de adolescentes”, realizado virtualmente, sobre as bases da socioeducação e da pedagogia, com o intuito de preparar os graduandos para a fase de estágio. Neste simpósio foi apresentada a pesquisa intitulada “Pedagogia e Socioeducação: contribuições da articulação entre o curso de licenciatura em pedagogia da Universidade de Brasília e a Gerência de Atendimento em Meio Aberto (GEAMA) Paranoá e Itapoã para o desenvolvimento de adolescentes e jovens em cumprimento das medidas de meio aberto no sistema socioeducativo do DF”, na modalidade denominada ‘Telas em Diálogo’ sobre o tema “SENTIDOS E PRÁTICAS DURANTE A PANDEMIA: CONTRIBUIÇÕES DE DIFERENTES CAMPOS DE CONHECIMENTO”, .

O Simpósio teve como base os desafios da pandemia e o meio socioeducativo, tema que se desenvolveu durante o projeto 3.2, destinado ao curso de Pedagogia da Universidade de Brasília. Para dar andamento ao projeto, buscou-se refletir sobre como a pandemia afetou o meio socioeducativo, tendo em vista as diversas interseções e impactos da crise provocada pela pandemia e o sistema de socioeducação

No DF, as Gerências de Atendimento em Meio Aberto (GEAMAS), suspenderam atendimentos presenciais e tiveram como solução, para não deixar os educandos do semiaberto em mãos, a implementação de projetos para realização dos trabalhos de execução das medidas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade.

Com esse objetivo, foram propostas adaptações às necessidades de equipes, adolescentes, jovens e suas famílias. Os já conhecidos desafios de acesso e permanência, muito comuns no contexto presencial, ganharam então uma nova forma no mundo digital. As desigualdades, nesse cenário, foram potencializadas pela restrição no acesso à recursos, à internet, a equipamentos eletrônicos e ambientes saudáveis e propícios para realização das atividades. Diversas dificuldades foram enfrentadas com os processos de desenvolvimento, que limitaram em muito as oportunidades para os adolescentes em liberdade assistida.

Para enfrentar esses desafios, a GEAMA Paranoá-Itapoã, em parceria com os e as alunas de licenciatura em Pedagogia, da UnB, em fase do projeto 3.2, em andamento de preparação para o estágio, buscou apoio no acompanhamento pedagógico junto à professora Sandra Ferraz. Foi esse o contexto de surgimento do projeto “Pedagogia e Socioeducação”, uma experiência que envolveu o GEAMA e as professoras Cláudia Pato e Sandra Ferraz, e que teve como principais objetivos:

- Apresentar aos estudantes de Pedagogia a política pública de Socioeducação;
- Compreender as possibilidades de atuação do profissional de pedagogia nesse contexto;
- Mapear demandas de intervenção pedagógica para adolescentes e jovens em acompanhamento socioeducativo, em especial, no âmbito da escolarização e profissionalização; e,
- Realizar atividades de intervenção e acompanhamento à distância dos(as) socioeducandos(as).

Ao longo do projeto os graduandos realizaram diversas atividades de intervenção e acompanhamento à distância dos socioeducandos. A parte teórica foi proposta com base:

- a) Em Fundamentos Teóricos da Sociologia da GEAMA que propõem a mediação de debates;
- b) Na Pedagogia na Socioeducação, com a divisão dos estudantes da formação entre equipes técnicas das GEAMAS Paranoá e Itapoã, Guará e Brazlândia, para estudos de caso de socioeducandos(as) e construção das propostas interventivas;
- c) Na Intervenção e Mediação Pedagógica com os adolescentes e jovens, com supervisão das equipes técnicas e das professoras da disciplina.

Ao longo do projeto foram realizadas reuniões virtuais, no decorrer de 5 semanas de projeto, com aulas e leituras para articular e construir propostas para cada caso dos socioeducandos e para os estudantes de Pedagogia. Durante os planejamentos, os estudantes da graduação foram destinados a auxiliar socioeducando em cursos de formação profissional, em diversos sites, como por exemplo: jovens candangos², associando habilidades e interesses de jovens com formação de um currículo profissional.

² <https://jovemcandango.org.br/>

2.2 GEAMA - GERÊNCIA DE ATENDIMENTO EM MEIO ABERTO

A Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania - SEJUS, é o órgão do Governo do Distrito Federal responsável por coordenar a política de socioeducação. O Sistema Socioeducativo do Distrito Federal tem 31 unidades de atendimento aos adolescentes, contando 15 GEAMAs, 6 Unidades de Atendimento em Semiliberdade, 9 Unidades de Internação e a Diretoria de Serviço de Segurança, Transporte e Acompanhamento (Disstae).

O Sistema Socioeducativo (Subsis), do Distrito Federal, em janeiro de 2019 teve como iniciativa a integração das GEAMAS. Nesses espaços, são desenvolvidas todas as atividades de atendimento aos adolescentes e suas famílias, como visitas domiciliares; inserção em atividades profissionalizantes e no mercado de trabalho; acompanhamento escolar; acompanhamento das demandas judiciais e articulação com a rede socioassistencial.

As GEAMAS contam com a medida de Liberdade Assistida (LA). Essa medida é oferecida perante um tribunal como forma de cumprimento de medida socioeducativa, com caráter punitivo, para responsabilização e acompanhamento do adolescente sem que este/a seja afastado/a de seu convívio familiar, escolar e comunitário. Essa medida é fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo ser prorrogada ou substituída em caso de determinação judicial.

3. GEAMA - RECANTO DAS EMAS

As atividades desenvolvidas com os adolescentes que foram encaminhados para a GEAMA do Recanto das Emas, jurisdicionados para cumprir as Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC).

Os atendimentos oferecidos para os adolescentes são realizados no PIA - Plano Individual do Adolescente onde a dupla de referência do jovem composta por um especialista socioeducativo e um agente socioeducativo, acorda metas a serem cumpridas pelo jovem para o cumprimento da medida e é avaliado os encaminhamentos em cada caso que a equipe faz à Rede de apoio e garantia de direitos.

Na GEAMA do Recanto das Emas, as formas de cumprimento em relação às medidas socioeducativas são trabalhadas na forma do cumprimento da pena. Onde os adolescentes devem comparecer à Unidade (ou aos convênios) e participar das atividades propostas, cumprir as metas estabelecidas no PIA.

Os adolescentes chegam na unidade por meio do NAI – Núcleo de Atendimento Inicial, para onde são levados após serem apreendidos/flagrante para realização de atendimento psicossocial e audiência para definição de qual medida socioeducativa vão cumprir (LA, PSC, Semiliberdade, Internação ou aguardar nova audiência em Internação Provisória)

As atividades desenvolvidas com eles são de atendimentos, atividades individuais ou em grupo a partir do que foi definido no PIA trabalhando a respeito do ato infracional cometido ou das demandas apresentadas: Saúde, Educação, Profissionalização, Relacionamento familiar, etc, eixos do PIA.

O tempo estimado de ficarem sob cumprimento da medida socioeducativa é no mínimo 06 meses (LA), mediante relatório dos especialistas socioeducativos ao judiciário, pode ser liberado ou manter a medida por mais 06 meses. De 02 a 06 meses (PSC), com isso a equipe acompanha semanalmente ou presencialmente na GEAMA ou por meio de contato telefônico verificando se o jovem está aderindo aos encaminhamentos e cumprimento das metas acordadas.

3.1.METODOLOGIA

Para compreender os motivos e significados da matrícula na EJA para jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, da perspectiva de educadores diretamente envolvidos/as na aplicação das medidas, este estudo propõe uma pesquisa qualitativa que consiste na análise da inserção contributiva e participativa mútua, proposta pela professora Dra. Maria Clarisse Vieira.

Na base das pesquisas de tendência qualitativa encontra-se uma legítima preocupação em compreender as raízes dos problemas educacionais existentes em nosso país. Trata-se de uma abordagem flexível, que permite, quando necessário, alteração no processo. As questões emergem, inicialmente, em função de interesses amplos, sendo no seu desenvolvimento melhor definidas, por meio de reflexões resultantes do aprofundamento teórico ou pelo conhecimento do contexto e das múltiplas realidades construídas pelos participantes em suas influências recíprocas. Para a realização da pesquisa, foram aplicados questionários pré-determinados junto a duas funcionárias que atuam com adolescentes em conflito com a lei na unidade GEAMA/Recanto das Emas. O contato com as participantes se deu por correio eletrônico, em que expliquei o objetivo da pesquisa e interroguei se havia interesse e disponibilidade de participar.

Após a aceitação dos convites houve, o agendamento dos encontros, a reserva de um espaço da unidade socioeducativa, um novo esclarecimento por parte do pesquisador acerca dos objetivos da pesquisa e a assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foram realizadas as entrevistas com Juliana Bontempo (Psicóloga) e Edivani (Pedagoga) e posteriormente analisadas. As entrevistadas tiveram liberdade para responder às perguntas sem intervenção e as respostas foram apresentadas nos capítulos.

No primeiro momento da entrevista não adentrei de imediato sobre o assunto que estou abordando no TCC, com isso fiz uma breve introdução para as educadoras poderem adentrar no assunto. Foi utilizada entrevista semiestruturada, buscando traçar o contexto social destes estudantes com vista a responder os motivos que levaram os alunos da liberdade assistida a optarem pela modalidade EJA.

A pesquisa procura saber mais sobre o contexto social e o perfil de cada adolescente. A investigação ocorreu em uma unidade das Gerências de Atendimento em Meio Aberto (GEAMA), que está localizada no Recanto das Emas, para coletar os dados.

As GEAMAs contam com a medida de Liberdade Assistida - LA. Essa medida é dada diante ao tribunal como forma de medidas socioeducativas, em forma de punição e/ou um acompanhamento do adolescente, mas sem obter o afastamento de seu convívio familiar, escolar e comunitário. Essa medida é fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo ser prorrogada ou substituída caso o juiz determine.

A análise dos dados foi feita a partir do pensamento de Reis (2011), onde ele considera a narrativa de cada sujeito participante, sua história de vida.

A análise leva em conta que é no bojo das relações sociais, inerentes à reciprocidade dialética infra e superestruturais presente com e na palavra (...) e produzida na práxis histórico-cultural do sujeito e entre sujeitos, que ocorrem as transformações do sujeito em sua caminhada histórica (REIS, 2011, pg. 144).

O percurso metodológico inicialmente previa que os adolescentes tivessem a oportunidade de falar sobre sua relação ao ingressarem na modalidade da EJA, contudo houve alteração no procedimento de autorização para as entrevistas, pois por se tratarem de menores infratores seria necessário autorização judicial, o que ia requerer com a inclusão de outras etapas e instâncias para se pedir a autorização. Como o presente trabalho foi realizado em determinados prazos que possivelmente se extrapolarem com essa nova etapa, optou-se pela garantia da fala das entrevistadas que também fazem parte dessa relação aluno, educadora e psicóloga.

3.2. SUJEITOS DE PESQUISA

Nesta seção apresento brevemente os indivíduos envolvidos na realização dessa pesquisa, pela participação em entrevistas estruturadas, desenvolvidas e realizadas pela autora em parceria com a orientadora.

A primeira entrevistada, Edvani Assis de Souza Oliveira, é graduada pela Faculdade de Educação/UnB em Pedagogia. Atua há 11 anos na socioeducação, com experiência na educação escolar na área de educação para ensino fundamental, mas teve maior experiência no ensino superior, no curso de Pedagogia da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Possui o cargo na Secretaria de Justiça como pedagoga na instituição GEAMA Recanto das Emas, e as suas atribuições são de acompanhamento de jovens que estão cumprindo medidas socioeducativas de liberdade assistida.

Juliana Bontempo, a segunda entrevistada, é graduada em Psicologia e atua há 5 anos na socioeducação como Psicóloga e especialista socioeducativo na instituição GEAMA Recanto Das Emas. Suas atribuições no escopo da liberdade assistida são, a realização do acolhimento, o acompanhamento ao longo dos seis meses iniciais, fazendo encaminhamento escolar, encaminhamento para rede de saúde, para rede de assistência. Também é responsável pela realização do planejamento de cursos e de grupos para atendimento dos e das adolescentes. Juliana atua no esforço pedagógico de entando ensino e responsabilização pela realização de infrações, a fim de evitar a reincidência e proporcionar a oportunidade de novos caminhos a serem trilhados, em consonância com a lei e reinserção social. A Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) procura espaços aptos para receber atividades, realização de parcerias e convênios com instituições para realização de voluntariados e capacitações que promovam benefícios para a comunidade, também como uma forma de promover a consciência sobre consequências e responsabilidades.

Ambas são concursadas e servidoras públicas, mas cada participante atua em um contexto e função com determinadas especificidades. Edivani como pedagoga e Juliana como psicóloga da unidade GEAMA Recanto das Emas. Apresento a seguir os meus resultados em conjunto com análises e inferências realizadas com base nas falas e narrativas das educadoras durante as entrevistas estruturadas.

4. RESULTADOS

Ao realizar as entrevistas, busquei identificar os olhares das entrevistadas e quais seriam as suas primeiras impressões sobre a Educação de Jovens e Adultos como parte integrante do cumprimento das medidas socioeducativas. Também tentei compreender como as educadoras avaliam a EJA, buscando entender como se dão as trajetórias escolares de jovens em conflito com a lei, na condição de Liberdade Assistida, inseridos na EJA, no contexto pandêmico.

Quando questionadas sobre “Qual o lugar da escola na vida dos e das estudantes”, ambas relataram que os adolescentes não conseguem perceber a educação escolar como um fator de transformação em suas vidas. Com isso, apresenta-se o fato de que a escola não tem um lugar de relevância no imaginário dos educandos. Mesmo assim, apesar dos adolescentes não carregarem consigo esta visão sobre a educação, as entrevistadas apresentaram a educação como uma forma de transformar mesmo quando carece a consciência de quem se educa sobre este processo.

“Muitas vezes eles não conseguem ver o papel que a escola pode ter, o papel transformador que a escola pode ter na vida deles caso eles se dediquem, estudem realmente. Então a gente trabalha para mostrar isso” – Juliana Bontempo.

É possível identificar essa visão, por exemplo, por meio da fala de Juliana, que busca driblar estes problemas e melhorar a defasagem educacional, promovendo reflexões sobre essa visão do ambiente escolar, como um ato de transformação. Porém, muitas vezes não há um estímulo por parte dos profissionais que designam o acompanhamento escolar desses adolescentes

Com isso a invisibilidade social que traz esses adolescentes é rompida pelo envolvimento deles com práticas infracionais, quando a sociedade passa a enxergá-los, mesmo que de forma negativa. Na escola, os adolescentes continuam invisíveis, pois grande parte não teve interesse pela educação e pouco se destacam nessa área. Acabam utilizando os comportamentos que já conhecem como forma de serem percebidos ou até de reagir ao contexto escolar do qual pouco se sentem pertencentes.

Ao questionar como eles percebem a EJA, a educadora Edvani relata que:

“Boa parte dos adolescentes eles tão na EJA, que estão estudando, eles tão na educação de jovens e adultos, no turno noturno. E há uma grande defasagem também porque são poucas as escolas que tem no diurno mas eles estão inseridos na EJA e eles encaram a EJA não como importância pra de aprendizado, mas sim como pular uma etapa” – Edvani.

Oliveira (2003) aponta que a relação dos adolescentes com a escola se reduz à matrícula obrigatória, sem que haja frequência efetiva ou aproveitamento escolar. Nesse sentido, destaca as defasagens de aprendizado, a pouca motivação e as baixas expectativas, tanto das escolas para com as e os alunos, como o contrário.

Outra questão trazida pelas entrevistadas é a inserção dos adolescentes na EJA, onde nessa reinserção escolar eles não se sentem tão deslocados porque normalmente se eles forem estudar na série em que eles pararam vão estar com crianças muito menores, ou adolescentes muito mais jovens e isso faz com que eles se sintam deslocado, com isso a EJA ajuda muito eles a não desistirem de vez a conseguir pelo menos concluir o ensino e médio.

No livro *Passageiros da Noite*, Miguel Arroyo (2017), a partir de uma série de questionamentos, nos ajuda a construir um caminho que põe em suspenso a educação sistêmica para os que estão à margem do sistema. O autor tem como objetivo captar a soma das experiências dos sujeitos envolvidos na EJA, possibilitando delimitar os conhecimentos próprios da identidade coletiva desses, que sugerem uma pedagogia radical, a saber, a que milita na fronteira da humanização-desumanização. A primeira seção intitulada “Passageiros – em que passagens humanas?”, traz consigo duas indagações de imediato: de onde e para onde? Há nessa indagação a urgência de entendermos os caminhos ou itinerários dos passageiros da EJA. A EJA é marcada pela diversidade de sujeitos. Nela encontramos, mulheres, negros, pobres; jovens em situação de rua, jovens em conflito com a lei, dentre outras diversidades. Portanto, se faz necessário compreender quais as identidades coletivas desse público, qual território sócio-espacial ocupam, haja vista que essas minorias precisam ser reconhecidas e precisam se reconhecer em sua “cartografia social”, se ver nos trajetos entre as partidas e chegadas e como ocupam esses espaços nos quais transitam.

A inserção desses adolescentes na escola pode adquirir diferentes contornos, como descrito pelas professoras.

Juliana explica que quando os adolescentes são oriundos do sistema socioeducativo tendem pelo envolvimento com práticas ilícitas..Para Oliveira (2003) muitos desses adolescentes, pelo fato de terem um passado com envolvimento em práticas ilícitas ou pela inserção em contexto de vulnerabilidade, são estigmatizados e pouco acreditados pelas próprias professoras e professores.

Para diminuir a falta de interesse escolar e inserção desses adolescentes em uma escola, caberia aos educadores da equipe que acompanhem o adolescente a contribuam para as motivações dos socioeducandos e trazer interesse, possivelmente realizando o acompanhamento dessas atividades e também atuando na mediação entre o adolescente e a escola, quando fosse preciso. Sobre este aspecto, Edvani argumenta que:

“O jovem de liberdade assistida dentro da educação de jovens e adultos. E aqui, na região e coordenação de ensino do Recanto das Emas, não há problemas em inseri-los nas estratégias de matrícula, porém não tem um acompanhamento mais de perto. A gerência tenta fazer uma articulação com o noturno mas nem mais pelo fato de às vezes na escola faltar profissional ou por não ter orientador educacional esse acompanhamento ele é precário” – Edvani.

Com isso, muitas vezes não há essa articulação de um acompanhamento mais detalhado por parte dos profissionais que designam o acompanhamento escolar como algo de estrita competência da escola. Desta forma, considerando a escola como parte integrante do sistema de ensino, espera-se que esta desenvolva as suas funções de forma competente no intento de atender às orientações e expectativas desse sistema de atendimento socioeducativo.

4.1. O CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO A INGRESSAR NA MODALIDADE DA EJA, NO CONTEXTO DA PANDEMIA COVID-19

Ao fazer uma análise sobre o contexto pandêmico para os educandos da socioeducação, essa situação conseqüentemente afeta o desempenho dos alunos da socioeducação inseridos na EJA, pois o foco nos estudos é deixado de lado.

Quando questionei sobre como foi o período da pandemia em relação à escolarização dos adolescentes e as aulas remotas, ambas informaram que o período de pandemia foi um período que praticamente os adolescentes evadiram da escola. Até pela falta de acesso a meios de tecnologia e a grande maioria em suas respectivas famílias, somente um familiar teria um celular em casa, então eles não tinham acesso. Diante disso os adolescentes já eram desmotivados.

Sendo assim, o atual presidente deveria assumir a responsabilidade quanto à implementação e manutenção dos processos de tomada de decisões que envolvem trazer recursos para a educação e concepções de políticas públicas, de gestão, de educação e assim progressos anteriormente realizados por outros no poder são interrompidos ou utilizados para fins que não pensam na educação para adolescentes em cumprimento com a lei.

Adentrando no assunto sobre pandemia e retorno das aulas, quando perguntei quais foram os desafios encontrados ao retorno dos estudos após o ensino remoto para os adolescentes me informaram que um dos maiores desafios, era dos alunos conseguirem conciliar uma rotina que não incluía os estudos, onde estavam acostumados com a rotina mais livre. Podemos ver em resposta da educadora Edvani:

"Os desafios do ensino remoto eu acho que para o adolescente vamos dizer o adolescente normal não é o estudante que não cumpre medida foi um desafio. Para o adolescente que cumpre medida e principalmente os adolescentes que estavam em internação restrita ele foi inexistente. Bem inexistente porque não existiam recursos e não existia motivação."- Edvani

A pandemia veio deixar mais evidente esse distanciamento da escola e do socioeducando dentro da modalidade da EJA. Nicodemos(2021) destaca que profundos processos de invisibilidade e desescolarização marcam a modalidade, atualmente, e se acirram no quadro de pandemia da covid-19, posicionando a modalidade em um local de fronteira, de disputa entre concepções de currículo e políticas educacionais. Dessa forma, o retorno às aulas presenciais é um processo que contempla conseqüências, mas que trazem vantagens aos socioeducandos,

onde eles terão que se adaptar a uma nova rotina, trazendo ocupações diárias em base a educação.

É notória o agravamento dos níveis de dificuldade impostos pelo ensino remoto, sendo a acessibilidade aos recursos necessários um dos problemas identificados. Outro ponto identificado durante a pesquisa foi a dificuldade apresentada pelos/as alunos/as na retomada da rotina e criação de novos hábitos. O isolamento social trouxe em seu cotidiano, o abandono ou desestímulo aos estudos, o que tornou a prática educativa um momento de difícil concentração, motivada pela dificuldade de acesso e falta de ambiente adequado de estudo. Com isso, fez com que se desenvolvesse uma grande defasagem de conteúdo e uma dificuldade exponencial de retomada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho tem como objetivo analisar a Educação de Jovens e Adultos (EJA) voltada aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas na liberdade assistida, com foco na experiência realizada na unidade da Gerência de Atendimento em Meio Aberto (GEAMA), da Secretaria de Justiça (SEJUS), no Recanto das Emas, em Brasília, no contexto da pandemia Covid-19.

Neste esforço de pesquisa buscou-se apresentar as desigualdades sociais e educacionais interseccionais existentes no Brasil, e especificamente no contexto da EJA para adolescentes em conflito com a lei, pontuando a importância da existência de políticas públicas de educação para o combate às desigualdades existentes nesta etapa de ensino.

A partir do que foi exposto em dados e resultados das análises, é possível inferir que as políticas públicas para a EJA estão, atualmente, escassas ou quase inexistentes. Almeida e Guaraciaba (2021) destacam que há grandes desafios para a implementação de políticas públicas que garantam efetiva tem o acesso e permanência de jovens e adultos e adolescentes em conflito com a lei na EJA, sendo necessária uma educação voltada para a cidadania e princípios democráticos, que resgate a função social da escola.

Ainda nesta perspectiva, diante dos problemas que a educação para adolescentes em liberdade assistida enfrenta e dos desafios e agravantes impostos pela pandemia, é preciso reconhecer a dificuldade extraordinária enfrentada por educandos em cumprimento com a lei neste momento histórico, político, social e sanitário. O ensino remoto se coloca como mais desafio, muitas vezes intransponível quando analisadas as condições de acesso à internet e equipamentos eletrônicos e ausência de locais salubres disponíveis para estudo e concentração.

ao clássico de Marx e Engels (1848) que nos aponta que a história de todas as sociedades é a história das lutas de classes. Neste caso, a luta pela educação para jovens que cumprem medidas socioeducativas na liberdade assistida é, sem dúvida, uma luta marcada pela classe, pela raça e pelas desigualdades e injustiças interseccionais. É urgente um processo continuado de ativismo institucional, político e social para que esta modalidade não desapareça e que este público, que já parte de um lugar desigual de profunda exclusão, culpabilidade e dificuldade de reinserção, tenha cada vez mais equidade em oportunidade de acesso e

permanência no ensino, e de conseqüente desenvolvimento profissional, não só durante a crise provocada pela pandemia, mas de forma permanente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. GUARACIABA, B. S. Direito à educação aos jovens e adultos na pandemia. **Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do Instituto de Aplicação Fernando de Silveira (Cap -UERJ)**, Rio de Janeiro, v.10, n. 24, p. 149-162, mai/ago 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/e-mosaicos/article/view/57801>. Acesso em: 20 mai. 2022.

AMERICANO DO BRASIL, Maira **O financiamento do Sistema Socioeducativo no contexto do Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Distrito Federal-PDASE/DF (2015 A 2020)**. Maira Americano do Brasil. Dissertação Mestrado em Educação. Universidade de Brasília, 2021.

ARROYO, Miguel G. **Da escola carente à escola possível**. São Paulo: edições Loyola, 1986. Acesso em: 26 mai. 2022.

ARROYO, Miguel G. **Passageiros da noite: do trabalho para a EJA**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Presidência da República. Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 20 mai. 2022.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. Acesso em: 30 mai. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Presidência da República. Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/web_sus20anos/20anossus/legislacao/constituicaoofederal.pdf

FERREIRA, Nirce Barbosa Castro. **Uma Contribuição à Constituição de Professores da Educação de Jovens e Adultos: A Atuação Prática de Graduandas (os) de Pedagogia em uma Unidade de Semiliberdade do Sistema Socioeducativo no DF/Nirce Barbosa Castro Ferreira**. Tese em Doutorado em Educação. Universidade de Brasília, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
HÖFLING, Eloisa. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos CEDES**, ano XXI, no. 55, nov./2001, p. 30-41. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar 2020**. Brasília: MEC, jan. 2021. Disponível em:

<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 1 mai. 2022.

NICODEMOS, Alessandra, e SERRA, Ênio. **Educação de Jovens e Adultos em Contexto Pandêmico**: entre o remoto e a invisibilidade nas políticas curriculares. *Currículo sem Fronteiras*, v.20, n.3, p. 871-892. UFRJ. set./dez. 2020. Disponível em: <<https://www.curriculosemfronteiras.org/vol20iss3articles/nicodemos-serra.pdf>>. Acesso em: 26 mai. 2022.

NOGUEIRA, D. X. P.; MOREIRA, A. M. de A.; SANTOS, C. de A.; LOZZI, S. de P. **As políticas de austeridade e a educação superior**: a presença de estudantes de escolas públicas e o futuro das universidades sob risco. *Jornal de Políticas Educacionais*, Paraná, v. 14, n.11, p.1-24. Janeiro de 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/70093/40313>. Acesso em: 26 mai. 2022.

OLIVEIRA, C. B. E., Oliva, O. B., Arraes, J., Galli, C. Y., Amorim, G., & Souza, L. A. (2016). SOCIOEDUCAÇÃO: **Origem, Significado e Implicações para o Atendimento Socioeducativo**. *Psicologia Em Estudo*, 20(4), 575-585. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v20i4.28456>. Acesso em: 20 abr. 2022

OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes de. **Inserção escolar no contexto das medidas socioeducativas: “sem escola a gente não é nada”**. In: SUDBRACK, Maria Fátima Olivier et. al. (Org.). *Adolescentes e drogas no contexto da Justiça*. Brasília: Plano Editora, 2003.

REIS, Renato Hilário dos. **A constituição do ser humano: amor-poder-saber na educação/alfabetização de jovens e adultos**. 1ª ed. Brasília: Autores Associados, 2011.

Teixeira, Fabiana da Silva. **(Sócio) Educação: Desafios Para a Práxis Pedagógica / Fabiana da Silva Teixeira**. - Brasília, 2013. 51 f. Monografia – Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, 2013

ANEXOS



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO-FE

AUTORIZAÇÃO

Eu,.....
.....,informo que autorizo que meu nome apareça nos estudos prestados pela estudante Marcela Ferreira Rocha, cursando Pedagogia na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília , a utilizar as informações por mim prestadas, para a elaboração de seu Trabalho de Conclusão de Curso, que tem como título “ Educação de Jovens e Adultos para Adolescentes que Cumprem Medidas Socioeducativas Na Liberdade Assistida do Recanto das Emas-DF: Concepções Sobre o Direito à Educação”, e está sendo orientado por/pela Prof.(a.) Dr.(a.) Maria Clarisse Vieira.

Autorizo nome verdadeiro: sim () não () , caso a resposta seja não

Autorizo nome fictício: sim () não ()

Autorizo gravação de áudio: sim () não ()

Brasília, de de 2022.

Assinatura do(a) entrevistado (a)

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Minha pesquisa tem por objetivo compreender as motivações e significados dos adolescentes em regime semiaberto a partir do olhar do educador que atua com ele, buscando entender como se dão as trajetórias escolares de jovens em conflito com a lei, na condição de Liberdade Assistida, inseridos na EJA, no contexto pandêmico.

Com isso, as respostas de vocês darão subsídios ao entendimento sobre a trajetória escolar dos jovens da socioeducação durante o período de pandemia.

Perguntas:

- Quanto tempo que atua na socioeducação?
- Qual a sua formação?
- Tem experiência escolar?
- Qual cargo possui na instituição?
- Como os adolescentes percebem a escola?
- O que é a EJA para os adolescentes?
- Perfil dos estudantes em liberdade assistida dentro da modalidade da EJA
- Como foi o período da pandemia em relação à escolarização dos adolescentes?
- Quais foram os desafios encontrados ao retorno dos estudos após o ensino remoto para os adolescentes?
- Qual as percepções que os educadores possuem acerca dos motivos que levam estes adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto a buscar a Educação de Jovens e Adultos?
- Qual a compreensão dos profissionais que atuam com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto quais os significados da EJA na vida destes sujeitos?

ATIVIDADE ESTÁGIO

Visita	Dia/Mês	Hora	Tempo parcial	Atividade
1.	21/02	13h às 18h	5h	Conhecer a unidade e conversar sobre atividades a serem desenvolvidas no estágio
2.	25/02	13h às 18h	5h	Salvar contatos dos adolescentes no celular da unidade, criar e-mail e colocar na planilha estatística, jornal
3.	28/02	13h às 18h	5h	Não teve expediente devido ao carnaval
4.	03/03	13h às 18h	5h	Produzir jornal e dá continuidade a criação de e-mails dos adolescentes
5.	07/03	13h às 18h	5h	Arquivar fotos das antigas oficinas em uma pasta do drive, configurar 2 celulares novos da unidade
6.	10/03	13h às 18h	5h	Início da oficina grafite, registrar os momentos (introdução do que é o grafite)
7.	14/03	13h às 18h	5h	Elaborar perguntas sobre a oficina de grafite, organizar fotos dos documentos dos adolescentes nas pastas destinada a eles no drive
8.	16/03	8h30 às 12h	4h30	Não era o meu expediente, mas participei da atividade de patinação na ADIPI
9.	17/03	13 às 18h	5h	Armazenar fotos oficina patinação no drive e continuação do projeto grafite
10.	22/03	13 às 18h	0h	Como me solicitaram para ir ao projeto da ADIPI no dia 16/03, esse dia não tive expediente em troca
11.	24/03	13 às 18h	5h	Elaborar relatório das oficinas que estavam na página do Instagram para encaminhar à diretoria
12.	28/03	13 às 18h	5h	Elaborar planilha com levantamento dos adolescentes para receber as cestas básicas
13.	31/03	13 às 18h	5h	Projeto grafite
14.	04/04	13 às 18h	5h	Iniciar a elaboração do Jornal Março/Abril
15.	07/04	13 às 18h	5h	Projeto Grafite
16.	11/04	13 às 18h	5h	Entrevista com Adolescentes para o Jornal
17.	14/04	13 às 18h	0h	Ponto Facultativo
18.	18/04	13 às 18h	5h	Finalizar o Jornal Março/Abril
19.	21/04	13 às 18h	5h	Feriado
20.				
Total de horas:				